



PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 015/2026

CONTRATANTE (UASG)
456578

OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIOS, PARA SEREM INSTALADOS E UTILIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 094/2022 COM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 488.350,42 (quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Processo Administrativo nº 033/2026

Torna-se público que o Município de Boa Vista da Aparecida, por meio da Secretaria de Administração, sediado na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, nº 1190, centro, realizará licitação, **para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIOS, PARA SEREM INSTALADOS E UTILIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 094/2022 COM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), dos Decretos Municipais nºs 10/2023, 11/2023, 12/2023, 13/2023, 14/2023, 51/2023, 52/2023, 53/2023 e 52/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR**.

- **Data da Sessão: 25 DE MAIO DE 2026.**
- **Horário: 09h00min.**
- **Local: www.gov.br/compras – UASG N.º 456578**

É Agente de Contratação/Pregoeiro, deste Município, Sr. Mateus Panisson Zucco, designado pelo de Decreto nº 17/2026, de 19 de janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIOS, PARA SEREM INSTALADOS E UTILIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 094/2022 COM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. ***Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.***

1.2. O valor máximo desta licitação é **de R\$ 488.350,42 (quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos).**

1.3. As despesas provenientes deste processo correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): 08.002.10.301.0007.1008 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICROONIBUS E VEÍCULOS; 199 – 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

1.4. Todas as notificações, intimações ou comunicados oficiais da administração pública a respeito de assunto pertinente a presente licitação, será realizada exclusivamente no endereço de e-mail da licitante/contratada, correndo o prazo a partir da data de envio.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para todos os itens deste Edital, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133,

de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.72. e 2.73 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca/Modelo;

4.1.3. **Catálogos, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes do fabricante do equipamento ofertado.**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor do ITEM**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O modo de disputa será “ABERTO”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.5 deste Edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue:

7.5.1. Requisitos de habilitação:

7.5.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.5.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

7.5.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

7.5.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

7.5.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.5.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

7.5.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.5.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

7.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.5.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.5.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.5.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.5.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

7.5.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.5.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

7.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.5.3.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.5.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

7.5.4.1. **Registro/Notificação ANVISA:** Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE da ANVISA, quando exigível para comercialização dos equipamentos ofertados, bem como comprovação de registro ou cadastro dos produtos junto à ANVISA, nos termos da legislação sanitária vigente. (Para os itens: DEA; ventilador pulmonar; monitor multiparamétrico; bomba de infusão; oxímetro; camas hospitalares; cardiocógrafa; videolaringoscópio; aspirador cirúrgico e BiPAP).

7.5.4.2. **Garantia e Assistência Técnica:** Declaração de que possui assistência técnica autorizada no território nacional, própria ou credenciada, apta a prestar suporte técnico e garantia dos equipamentos fornecidos.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02h (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.boavistadaaparecida.pr.gov.br

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. não entregar o produto e/ou prestar o serviço licitado no prazo solicitado pela administração pública ou em desacordo com o previsto no edital e seus anexos;

9.1.2.5. fraudar a licitação; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 10 a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.2, a multa será de 10%do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 20%do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.2.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade

superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no e-mail: licitacaobva@gmail.com

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal do Município de Boa Vista da Aparecida, endereço eletrônico www.boavistadaaparecida.pr.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

11.11.3. ANEXO III – Minuta do Contrato.

Boa Vista da Aparecida, 11 de maio de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHES
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto da contratação: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIOS, PARA SEREM INSTALADOS E UTILIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 094/2022 COM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	332532	KIT APARELHO BIPAP: respirador mecânico que trata doenças pulmonares e apneia do sono. Ele é usado através de uma máscara facial ou nasal; possui dois níveis de pressão: um para inspirar (IPAP) e outro para expirar (EPAP); A pressão inspiratória é mais alta que a expiratória; O BiPAP ajuda a musculatura inspiratória a encher os pulmões de ar; Permite que a respiração seja mais próxima do natural; Ajuda a reduzir quadros de dispneia (falta de ar); Ajuda a reduzir a frequência cardíaca elevada; Ajuda a reduzir a acidose (pH sanguíneo abaixo do ideal); Ajuda a reduzir a hipercapnia (nível elevado de CO2 no sangue). Backup de frequência respiratória; Ruído reduzido (pressão sonora ≤ 35 dB(A)); Umidificador com marcações de nível máximo e mínimo para não deixar a água secar; Umidificação inteligente; Tela	1	UN	R\$ 9.447,65	R\$ 9.447,65

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		LCD com informações claras; Dispositivo com software para leitura de dados de pulso e oximetria; Sistema de alertas configuráveis para troca de filtro, tubo e máscara; Tipo de Máscara: Facial (Cobre o Nariz) de uso adulto e pediátrico, Bivolt: 127V/220V (bivolt) 60Hz80W (incluindo umidificador); Registro ANVISA. Garantia de 1 ano. Contendo: umidificador integrado; Câmara de água; Tubulação de ar; Unidade de fonte de alimentação; Bolsa de transporte; Cartão SD (já inserido); Máscara facial.				
02	240691	AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS QUENTE/FRIO 220V: Ar condicionado com tecnologia split inverter; tensão: 220; capacidade: 18000btus; ciclo: frio e quente; econômico; com classificação A no Selo Procel; filtro antibacteriano lavável; controle remoto sem fio; gás refrigerante ecológico (R-410A, R-32 ou equivalente); garantia mínima de 12 meses, instalado com até 4 metros de tubulação.	10	UN	R\$ 3.574,88	R\$ 35.748,80
03	264708	AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS QUENTE/FRIO 220V: Ar condicionado com tecnologia split inverter; tensão: 220; capacidade: 12000btus; ciclo: frio e quente; econômico; com classificação A no Selo	11	UN	R\$ 2.737,25	R\$ 30.109,75

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		Procel; filtro antibacteriano lavável; controle remoto sem fio; gás ecológico R-410A, R-32 ou equivalente; garantia mínima de 12 meses, instalado com até 4 metros de tubulação.				
04	632179	ARMÁRIO DE AÇO MULTIUSO ORGANIZADOR 2 PORTAS E 4 PRATELEIRAS: Armário de Aço composto por 2 portas, 04 prateleiras reforçadas e reguláveis. Super resistente, suporta até 30Kg bem distribuídos por prateleira. fechadura com chave, tratamento especial da superfície, 04 Pés niveladores + sapatas e puxador estampado em perfil PVC; Dimensões aproximadas (ALP/cm): 198 x 90 x 40; Pintura: Eletrostática / Epóxi de alta qualidade e durabilidade.	10	UN	R\$ 1.445,10	R\$ 14.451,00
05	472668	BALANÇA INDUSTRIAL PARA PESAGEM DE ROUPAS: Suporta até 150kg ; Medidas aproximadas: 1 CX Coluna + visor: 56x37x51cm - 5kg; 1 CX Plataforma: 67x68x19cm - 12kg; Plataforma em aço medindo 60X60; Coluna em aço inox medindo 600mm; Suporte de metal p/ conexão plataforma/coluna; Suporte plástico p/ conexão coluna/ indicador T2000A ou equivalente; Cabo conexão	1	UN	R\$ 1.352,50	R\$ 1.352,50

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		SaidaDb9; Fonte de alimentação: Entrada 100/240V-50/60Hz 0.32A, MAX Saída 12V DC 500mA; Indicador T2000A; Bivolt: 100/240V; Display LCD; Unidades de pesagem selecionáveis: g / ct / lb / oz / d / gn / ozt / dwt / mm / tl.t / tl.c / tl.t / t.; Configuração de dois níveis de limite; Pesagem percentual; Função soma pesos; Função conta peças; Alimentação 9V/800mA e bateria interna recarregável; Plataforma de aço inoxidável.				
06	376147	BOMBA DE INFUSÃO PERISTÁLTICA: Equipamento médico-hospitalar destinado à administração contínua e controlada de soluções intravenosas, por meio de mecanismo de infusão peristáltico. Deve atender às seguintes especificações mínimas: Tipo: Bomba de infusão peristáltica; Sistema de infusão: Por compressão peristáltica, com uso de equipo específico compatível; Modos de operação: Infusão contínua e por volume programado; Controle de fluxo: Programável em mL/h, com precisão mínima de $\pm 5\%$; Faixa de fluxo: Mínimo de 0,1 mL/h e máximo de 1200 mL/h (ou conforme o modelo); Interface: Display digital (LCD ou LED) para visualização de	2	UN	R\$ 3.892,60	R\$ 7.785,20

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		parâmetros e status de infusão; Alarmes audiovisuais: Para oclusão, término de infusão, ar na linha, porta aberta, bateria fraca e erro de funcionamento; Fonte de alimentação: Bivolt (100–240 V, 50/60 Hz) com bateria interna recarregável para funcionamento em caso de falta de energia (autonomia mínima de 3 horas); Memória: Capaz de manter os parâmetros programados em caso de desligamento inesperado; Dispositivo portátil, com suporte para fixação em pedestal; Deve possuir registro ativo na ANVISA como equipamento médico-hospitalar; Garantia mínima: 12 meses.				
07	632894	BOMBA DE VÁCUO / ASPIRADOR CIRÚRGICO PROFISSIONAL COMPLETO 5 LITROS: Equipamento eletromédico destinado à aspiração de secreções, líquidos orgânicos e materiais particulados durante procedimentos cirúrgicos ou de atendimento clínico. Deve atender às seguintes especificações mínimas: Tipo: Bomba de vácuo elétrica para uso cirúrgico/hospitalar; Vazão mínima: ≥ 25 litros por minuto; Pressão de vácuo ajustável: Até pelo menos -700 mmHg	2	UN	R\$ 2.945,20	R\$ 5.890,40

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		(ajuste contínuo); Motor: Elétrico, isento de óleo, silencioso, com proteção térmica; Recipiente coletor: Dois frascos de no mínimo 5 litros cada, com tampa hermética, válvula antirrefluxo e filtro bacteriológico; Material dos frascos: Autoclaváveis, em policarbonato ou equivalente; Sistema de segurança: Com válvula de transbordamento para proteção da bomba; Rodízios: Quatro rodas com trava, que permitam fácil movimentação e fixação do equipamento; Nível de ruído: ≤ 60 dB durante operação; Alimentação elétrica: Bivolt automático (100–240V, 50/60 Hz) ou especificar voltagem desejada; Acessórios inclusos: Tubos de aspiração, filtro bacteriológico, tampa com válvula de segurança e manual de instruções em português; Deve possuir registro ativo e válido na ANVISA como equipamento médico-hospitalar; Garantia mínima: 12 meses.				
08	262816	CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL EM X: Tipo de quadro: estrutura dobrável em X duplo; Material do quadro: alumínio aeronáutico temperado; Tipo de X: aço duplo tubular; Tipo de pintura: eletrostático epóxi; Tipo do Encosto: fixo; Estofamento de	5	UN	R\$ 1.656,81	R\$ 8.284,05

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		encosto: acolchoado em nylon de alta resistência; Estofamento de assento: acolchoado em nylon de alta resistência; Almofada: espuma de 5 cm de espessura; Apoio de braço: escamoteável/rebatível; Apoio de pés: rebatível, com ajuste tibio társico e fita de calcanhar; Pedal: removível, rebatível interna e externamente e com ajuste de altura; Protetor de roupa: nylon com aba; Freios: bilaterais com acionamento para frente; Faixa de panturrilha: sim; Rodas dianteiras: 6" maciça, com rolamentos blindados na bucha receptora; Garfo da roda dianteira: nylon; Eixo dianteiro: removível; Roda traseira: 24" raiada, com rolamentos blindados no cubo de alumínio; Pneu da roda traseira: inflável 24"x 1 3/8"; Aro de propulsão: Alumínio; Eixo traseiro: sistema quick release/removível; Características do Pneu Inflável: Mais estabilidade; Menos trepidação; Ideal para diferentes tipos de solo; Amortece possíveis impactos; Acompanha tampão protetor de raios na roda;				
09	262816	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO COM ASSENTO SANITARIO: Cadeira Dois em um: banho e sobre vaso;	5	UN	R\$ 536,00	R\$ 2.680,00

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Suporta no mínimo 100kg; Estrutura em aço carbono, oferecendo maior robustez e durabilidade; pintura epóxi; Estrutura inferior soldada para maior resistência e estabilidade; Medidas aproximadas: 90 x 50 x 59cm (altura x largura x comprimento); Largura aproximada do assento de 44cm; Altura aproximada do assento: 50cm; Peso aproximado: 6,6kg; Registro Anvisa; Providas de quatro rodas pequenas, com pneus maciços, Rodízios 360° permitem mobilidade total em ambientes com espaço reduzido; Freio bilateral com sistema esticador; Apoio para os pés, adulto tipo padrão.				
10	632187	CAMA HOSPITALAR ELETRICA TIPO FAWLER: Cama hospitalar tipo fawler elétrica, leito construído em aço com pintura eletrostática, cabeceira, peseira e grades laterais bipartidas confeccionadas em material termoplástico. Espaço entre as grades para que o paciente não possa sair do leito; menor do que 12 cm, em conformidade com requisitos da norma 60.601-2-52 do dispositivo médico. Estrado articulado e subdividido em no mínimo 04 seções com base em peças de material termoplástico removíveis	10	UN	R\$ 8.782,00	R\$ 87.820,00

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		para higienização; leito articulado com variação de altura do estrado do leito ao piso, entre, abaixada menor ou igual a 39 cm e elevada maior ou igual a 73 cm. Capacidade de carga de trabalho de no mínimo de 220 kg. Extensão variável de plataforma de repouso = 10 cm elétrico ou manual; movimentos; trendelendurg, reverso mínimo de +/- 14 graus, elevação de joelhos/pernas a 30 graus ou maior, elevação de fawler não inferior a 60 graus. Cabeceira e peseira de material termoplástico de alta resistência, removíveis permitindo serem usadas eventualmente na função de tábua para massagem cardíaca. Controles elétricos de todas as funções do leito, e caso localizados na peseira, quando removida, a cama continue sendo controlada e não deixe de executar todos os movimentos; áreas de pega vazadas na cabeceira e na peseira para a proteção das mãos durante o transporte da cama pela enfermagem/maqueiros; indicador de ângulo nos dois lados da cama para inclinação de trendelemburg; controle para elevar e abaixar fawler, joelhos, base do leito, independentemente da nomenclatura do fabricante,				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		<p>localizado na parte externa da grade de proteção no mínimo, controle de subida e descida de fawler e joelhos localizados na parte interna da grade de proteção no mínimo, para controle do paciente; capacidade de controlar as posições de trendelenbug reverso, cadeira cardíaca de PCR com um simples botão em qualquer altura que o leito estiver, função de bloqueio dos controles do paciente e função de bloqueio imediato de todos os movimentos. Deve possuir 04 soquetes para suporte de soro. Botão ou alavanca de PCR, para destravamento mecânico (parada cardiorrespiratória) para que a cama fique na posição horizontal imediatamente para procedimentos de emergência, com sistema de amortecimento que evite movimentos bruscos. Movimento de articulação dos joelhos acionados automaticamente no momento da elevação das costas, para que o paciente não deslize. Apoiada sobre quatro rodízios de no mínimo 15 cm de diâmetro, um rodízio com função de bloqueio direcional para facilitar transporte. Pelo menos 01 rodízio antiestático para não acumular sujeira, sistema de</p>				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		frenagem centralizado e quinta roda retrátil central, para facilitar a dirigibilidade da cama no transporte; deve possuir protetores contra impactos nos quatro cantos da cama. Acionamento dos movimentos no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria interna recarregável. Dimensões externas (tolerância +/- 5%); comprimento total 220 cm, largura com grandes abaixadas ou elevadas menor que 100 cm para prevenção de úlceras de pressão (escaras) com no mínimo 14 cm de espessura, revestido por material impermeável e elástico, isento de qualquer tipo de látex em sua composição e cobertura retardante de fogo, com dimensões compatíveis com o tamanho do leito. Acessórios mínimos: 02 suportes para bolsas coletoras. Alimentação elétrica: 110v / ou bivolt automática. O equipamento deverá ser fornecido completo, com todos os acessórios, inclusive a mesa de refeição acoplada (a proponente deverá detalhar em propostas quais são). Com manutenção de 12 meses.				
11	632187	CAMA HOSPITALAR PARTO HUMANIZADO PARA	1	UN	R\$ 10.835,25	R\$ 10.835,25

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA: Cama de Parto Humanizado Automatizada Cabeceira e peseira removíveis produzida em PEAD (Polietileno de Alta Densidade) 100% virgem de fácil limpeza e esterilização de alta durabilidade e robustez. Estrutura do leito construído em longarinas de Aço ASTM A36 de 3mm perfilados em U. Base tubular 70 x 30 x 1,5 mm com pés recuados. Estrado em tubos de aço carbono ASTM A36 de 25 x 25 x 1,2 mm com guias de reforços construídos em tubos 40 x 20 x 1,2mm. Leito articulado produzido em chapa de aço carbono. Grades laterais duplas obedecendo as normas NBR IEC 60601-2-52, articuláveis e independentes fabricadas em PEAD (Polietileno de Alta Densidade) 100% virgem de fácil limpeza e esterilização de alta durabilidade e robustez, proporcionando maior segurança ao paciente, com sistema de retração linear, através de amortecedor pneumático que permite o recolhimento para abaixo do leito, facilitando a transferência do paciente, com sistema de segurança trava e destrava. Ajuste da altura do leito, dorso, Trendelemburg e Proclive acionados por caixa de				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		comando blindada com proteção de nível de penetração IPX6 e 4 atuadores lineares, 3 de 100mm e um de 200mm de tecnologia alemã atuando em 110 / 220 volts (bivolt) por comando manual elétrico (controle remoto). Sistema de elevação de leito, dorso e pés dotados de buchas de nylon e arruelas de nylon, eliminando qualquer atrito mecânico de ferro com ferro. Suporte móvel reforçado para apoio dos pés, de fácil manipulação, prático e seguro. Tanque de placenta, em aço inoxidável, facilmente removível, para aparar e conter os fluídos durante o parto. Complemento para os pés, facilmente removível, e com encosto para permitir que fique disposto na posição vertical quando fora de uso. Quando removido, permite o acesso do(a) obstetra para execução adequada do parto. O complemento fica firmemente instalado ao conjunto através de engate rápido, permitindo a utilização como cama hospitalar. Colchão Tripartido, em espuma de PU de alta densidade, apresenta formas que propiciam o uso confortável como cama, assim como o acesso adequado do(a) obstetra no instante do parto, além fácil				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		<p>asepsia. Braços laterais de esforço rebatíveis, que serão utilizados como barra de esforço durante o parto, para proporcionar a firmeza necessária à parturiente no procedimento de esforço para expulsão do recém-nascido, escamoteáveis para quando não estiver sendo utilizado. Braços laterais de proteção rebatíveis para conter o corpo da parturiente. Apoios das coxas, removíveis e ajustáveis, que possibilitam o posicionamento confortável da parturiente durante certos procedimentos no parto, construídos com alma de alumínio e revestidos em PU integral-SKIN, macios, confortáveis e altamente resistentes. Tratamento com sistema antiferruginoso por fosfatização e pintura eletrostática a pó com resina epóxi poliéster, polimerizado em estufa, promovendo resistência química e mecânica. Acompanha Rodízios de polipropileno de 5" DIM de bandagem dupla emborrachados de dureza 80 Shore "A" abaulado, rolamento da roda de rolamentos rígidos de esferas 6003ZZ, com freio de dupla ação em diagonal que bloqueia o giro do cabeçote acionando o travamento da roda. Para-choques abaixo da cabeceira e peseira em</p>				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		polietileno contendo protetores giratórios de parede ("roller bumpers") de alto impacto nos quatro cantos da cama. Medidas aproximadas: capacidade de carga: 250 kg distribuídos sob o leito; ângulos: dorso: 90° perna: 44°; dimensões externas: 2050mm x 1100mm; dimensões internas: 1940mm x 900mm; altura mínima: 500 mm; altura máxima: 800 mm; peso: 65 kg				
12	630571	CARRINHO AUXILIAR EM INOX: Estrutura em aço inox tubular redondo com Tampo; Tampo e prateleira em chapa nº22 (0,75mm); Prateleira em Chapa de Aço Inox; Pés com rodízios de 50mm; Dimensões aproximadas: 0,40Px0,60Lx0,80A m; Altura da prateleira: 0,36 m; Distância entre prateleira e tampo: 0,42 m	3	UN	R\$ 1.389,75	R\$ 4.169,25
13	624163	CARRINHO PARA TRANSPORTE DE REFEIÇÃO: Dimensões aproximadas: Altura: 1100 x Comprimento: 950 x Largura: 600 (medidas em milímetros). Composição: Estrutura fabricada totalmente em chapa de aço inox escovado; Bandeja superior fabricada em chapa de aço inox 304 com grades de proteção por toda a volta; Fechamentos laterais e traseiro fabricados em chapa de aço inox 304	1	UN	R\$ 3.040,50	R\$ 3.040,50

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		escovado; 3 portas frontais fabricadas em chapa de aço inox 304 escovado e com fecho tipo Yale; 33 pares de cantoneiras internas para acomodação das bandejas de refeição; Puxadores laterais em tubo de aço inox polido; 4 rodízios pneumáticos de 5cm de diâmetro, sendo 2 com trava e 2 sem trava; Batente de proteção de borracha por toda a volta do carro.				
14	624163	CARRO DE EMERGÊNCIA TAMPO FIBRA 05 GAVETAS: Dimensões aproximadas: Carro de Emergência e Parada construído em chapa metálica de aço carbono, com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática texturizada em epoxi; Tampo (mesa) superior em polímero liso dividido em 02 módulos rebaixados; Possuindo 04 rodízios giratórios para movimentos em 360 graus, sendo 02 deles frontais, dotados de freios nas rodas; Bandeja (suporte) com giro livre de 360 graus, para acomodação de desfibrilador / monitor ou cardioversor, medida 45 cm x 35 cm; Dotado de cabo de força tripolar de 2,00 metros, e 4 tomadas (2P+T) de distribuição para alimentação de equipamentos diversos; Para-choque emborrachado	2	UN	R\$ 3.429,91	R\$ 6.859,82

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		instalado em toda extensão do perímetro lateral; Acompanha: Suporte (haste) para soro com altura ajustável; Tábua para massagem cardíaca em acrílico; Suporte para cilindro de oxigênio; Duplo sistema de travamento das gavetas: um frontal para lacre ou cadeado e outro lateral com fechadura e chave de segurança. Dimensões: Altura 520 mm x 93 cm x Comprimento 1095 mm; Peso: 63 Kg				
15	427660	CARRO MACA HIDRÁULICO - ELEVAÇÃO – AÇO INOXIDÁVEL LEITO ESTOFADO: Dimensões aproximadas: Carro Maca com regulagem de altura através de manivela cromada e escamoteável; Estrutura em aço inox, sistema de elevação em tubo de aço retangular, inox; Leito MDF estofado com espuma, revestido em courvim; Cabeceira regulável através de cremalheira; Para-choque de proteção redondo nos quatros cantos do leito; Grades laterais de baixar em tubo de aço inox redondo; Suporte para soro em aço inox, com 02 ganchos no topo (T); Quatro rodízios giratórios de 4" em polipropileno, com sistema de freio em diagonal; Suporte para cilindro; Capacidade aproximada: Até 180Kg; Dimensão externa	2	UN	R\$ 2.326,36	R\$ 4.652,72

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		aproximada: 2,00 x 0,60 x 0,63m (C x L x A); Altura Máxima: 0,97m Altura mínima: 0,63m				
16	78271	CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPA SUJA FECHADO, Dimensões aproximadas: Fechamentos laterais e traseiro fabricados em chapa de aço inox; Tampa Superior fabricada em chapa de aço inox; Puxador lateral fabricado em aço inox; Batentes de silicone nas extremidades; Dreno para escoamento de líquido; 4 rodízios giratórios de Ø125mm, sendo dois com travas. Medidas Internas aproximadas: Profundidade: 630 mm X Comprimento: 830 mm X Altura: 660 mm. Medidas aproximadas Externas: Profundidade: 690 mm X Comprimento: 960 mm X Altura do piso a extremidade da tampa: 890 mm.	1	UN	R\$ 2.614,27	R\$ 2.614,27
17	445414	CENTRIFUGA DE ROUPAS INDUSTRIAL ATÉ 20KG, Dimensões aproximadas: Máquina Centrífuga de Roupas Industrial com capacidade até 20kg; Cesto interno em aço inoxidável; Painel de comando completo, controle de tempo digital e alarme sonoro a cada fim de ciclo, partida suave sem picos de energia com inversor de frequência e frenagem	1	UN	R\$ 41.591,50	R\$ 41.591,50

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		automática. Possuir trava de segurança. Alimentação trifásica 220/380, frequência 50/60 Hz. Fabricado dentro das exigências da ANVISA e NR12 Garantia de 12 meses após a instalação. Instalação e treinamento de responsabilidade da empresa contratada.				
18	614711	COLCHÃO HOSPITALAR, dimensões aproximadas: Colchão para Cama Hospitalar com espumas de bloco único antiácido, antifúngica e antialérgica, costurado eletronicamente, confeccionado em espuma de poliuretano e revestido em couro de fácil higienização, com acabamento com zíper e ilhós para respiro. Produto aprovado pelo Inmetro. Medidas podendo sofrer variação de tamanho conforme o tamanho da cama hospitalar. Comprimento: 1,88m a 2,20m; Largura: 88cm a 100cm; Altura: 12cm a 14cm; Opções de Densidade: 33; Cor: Azul	10	UN	R\$ 331,89	R\$ 3.318,90
19	614711	COLCHÃO SISTEMA DE TERAPIA ANTI ESCARA 110V ou bivolt, dimensões aproximadas: Colchão hospitalar, modelo: PNEUMATICO: material: PVC impermeável resistente, Durabilidade e suporte para pacientes de até 135 kg, tipo: flexível, densidade: 146	10	UN	R\$ 297,90	R\$ 2.979,00

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		células uniformes de ar, comprimento: 195 cm, enchimento: ar (inflável), revestimento: n/a, largura: 85 cm, altura: 6 cm, cor: n/a, Operação silenciosa: Funciona sem emitir altos ruídos. com ciclo de pressão alternada para otimizar o conforto. Pressão Ajustável: Regulável conforme o peso do paciente para melhor suporte. Acessórios: 01 Unidade de controle, com compressor; 1 Colchão de ar em PVC resistente, impermeável e de fácil higienização; 01 Mangueira de conexão dupla: motor/colchão; 1 Kit de reparo do colchão; 01 Manual de instruções				
20	240241	COMPUTADOR COM MONITOR, TECLADO, MOUSE E CAIXA DE SOM: Especificações técnicas mínimas: Placa Mãe; Som: 6-channel HD Áudio Codec onboard; Rede: 10/100/1000 Mbps; Slot: 1x slot PCI Express x16. Conexões: 4x conectores SATA; 2x portas USB frontal; 1x porta VGA; 1x porta HDMI; 2x portas USB 2.0; 2x portas USB 3.0; 1x porta RJ-45 de rede. Processador: AMD/INTEL ou compatível; Especificações da CPU: Frequência: 2.90 Ghz à 4.30 Ghz; Socket: AMD/INTEL ou compatível;	8	UN	R\$ 2.894,50	R\$ 23.156,00

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Número de núcleos: 6; Nº de threads: 12; Cache: 12 MB; Velocidade do barramento: 8 GT/s frequência 4.30 Ghz; TDP: 65 W; Suporte para 4K com resolução máxima de 4096 x 2304 60Hz; Vídeo Gráficos: Integrado. Memória Tamanho: 16GB 3200/2666 MHz; 2x slots DDR4; Arquitetura da memória: Dual Channel DDR4; Expansível até: 32GB; HD - SSD: 480GB; Fonte REAL: 350 a 500W Real – BIVOLT; acompanha cabo de força. Sistema Operacional: Windows/MAC/Linux. Caixa de som: 6W; Mouse: USB 2.0; teclado: USB 2.0; Monitor: 19"/21" polegadas; Conectores: 1x VGA 1x HDMI; Especificações adicionais: Tamanho 19,5/21,5; Formato: 16:9; cor preto. garantia mínima de 12 meses.				
21	288521	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) LIFE 400, dimensões mínimas e aproximadas: Equipamento portátil, microprocessado, indicado para desfibrilação externa automática em vítimas de parada cardiorrespiratória por fibrilação ventricular ou taquicardia ventricular sem pulso. Deve atender às seguintes especificações mínimas: Modelo: LIFE 400	1	UN	R\$ 7.904,64	R\$ 7.904,64

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		ou equivalente técnico; Tipo: DEA – Desfibrilador Externo Automático, portátil; Modo de operação: Totalmente automático, com análise do ritmo cardíaco e liberação do choque sem necessidade de botão de disparo; Forma de onda: Bifásica, com compensação de impedância do paciente; Energia de choque: Níveis escalonados, com entrega de energia de até 200 Joules (máximo); Tempo de carga: Inferior a 10 segundos; Reconhecimento do ritmo: Análise automática com algoritmo capaz de reconhecer fibrilação ventricular e taquicardia ventricular sem pulso; Mensagens: Orientação por comandos de voz claros e objetivos em português; Eletrodos: Autoadesivos, descartáveis, com conectores específicos, para uso adulto e pediátrico (compatível com ambos); Bateria: Interna, não recarregável, de longa duração (mínimo de 5 anos em modo standby), capaz de realizar no mínimo 100 choques ou 6 horas de operação contínua; Auto teste: Sistema de autoteste automático diário, semanal e mensal com indicação sonora e visual de funcionamento ou falha; Memória: Registro interno dos eventos (ECG, choques, tempo), com				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		capacidade de armazenamento de no mínimo 1 hora de dados; Transporte: Deve acompanhar maleta de transporte rígida ou bolsa com proteção acolchoada; Resistência: Grau de proteção IPX4 ou superior contra respingos d'água e poeira; Acessórios incluídos: 1 par de eletrodos adulto, 1 bateria, 1 manual em português, cabo de conexão para dados (se aplicável); Certificações: Produto com registro ativo na ANVISA e certificado conforme normas da ABNT NBR IEC 60601; Garantia mínima: 12 meses.				
22	630544	FERRO INDUSTRIAL, dimensões mínimas e aproximadas: Ferro Elétrico à vapor Gravitacional; Termostato em conformidade com normas técnicas de segurança aplicáveis (ex.: INMETRO); Cabo de uretano; Excelente qualidade de vapor; 110 Volts ou 220 Volts. Garantia mínima: 12 meses.	1	UN	R\$ 833,30	R\$ 833,30
23	630908	IMPRESSORA A LASER PROFISSIONAL WIFI/USB 110V/220V0, especificações mínimas e aproximadas: tecnologia de Impressão: Laser; Saída da Primeira página em até: 6,5 segundos; Velocidade da Impressão: 40 páginas por minuto; Toner inicial para 15.000	3	UN	R\$ 1.590,57	R\$ 4.771,71

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		impressões; Impressão frente e verso automática; Alimentação: 110 V; Bandeja de entrada para 250 folhas, bandeja de uso geral para 50 folhas, impressão automática em frente e verso; Qualidade de Impressão: Até 1200 x 1200 dpi; Dimensões mínimas: 366 x 365,6 x 262,5 mm; Dimensões Máximas: 366 x 442,2 x 406,2 mm; Peso Mínimo: 10,09k				
24	630908	IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA MULTIFUNCIONAL 110V/220V - COPIADORA E SCANNER: Especificações mínimas e aproximadas: Velocidade; Impressão em preto: até 40 PPM; primeira página preto: 6,5 seg; 1 ciclo de trabalho (Mensal, A4)/; Até: 100.000 páginas; resolução de impressão: normal (600 x 600 DPI); Alta resolução (1200 x 1200 DPI); memória: 256 MB; Máx.: 512 MB Línguas impressas: PCL 5; PCL XL; OS; PCL 6; velocidade do processador: 600MHZ; cartuchos de reposição: Cartucho de toner laserjet original preto; porta de rede Gigabit Ethernet 10/100/1000 Base-tx integrada; Copiadora: velocidade de copia (texto preto) até 600 x 600 DPI, resolução 5760 x 1440 DP;	6	UN	R\$ 2.585,25	R\$ 15.511,50

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Funções: copiadora e scanner; 12 meses de garantia.				
25	415194	KIT DE VIDEO LARINGOSCOPIO COM LÂMINAS: Especificações mínimas e aproximadas: Kit Vídeo Laringoscópio completo com 4 lâminas de aço reutilizáveis, sendo: 2 Lâminas Reutilizáveis Muller (retas) número 0 e 1 e Lâminas Reutilizáveis Mackintosh Curvas Números 3 e 4; Luz Branca LED; Contendo bateria e carregador de bateria e Maleta Para acondicionamento; Monitor/tela integrada ou acoplada; imagem nítida com iluminação LED; Registro na Anvisa. Garantia de no mínimo 1 ano.	2	UN	R\$ 10.962,50	R\$ 21.925,00
26	471484	KIT INSTRUMENTAL TESOURA MAYO STILLE 15 CM, especificações mínimas e aproximadas: Modelo: tesouras Mayo possuem as pontas semi-rombas e são normalmente utilizadas para cortar tecidos corporais à volta da superfície da ferida e suturas. Lâmina reta: são projetados para cortar os tecidos do corpo próximos à superfície de uma ferida. Também são utilizadas para o corte de suturas. Lâmina curva permite a penetração mais profunda na ferida do que as retas. Serve para	10	UN	R\$ 111,49	R\$ 1.114,90

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		cortar tecidos grossos, como aqueles encontrados nos músculos torácicos, útero e membros. Registro na Anvisa.				
27	614711	CAMA/MACA DE PARTO GINECOLÓGICA, especificações mínimas: Estrutura em tubos de aço carbono retangular; Leito articulado em três secções com estrutura de tubos de aço carbono; Placas do leito em aço carbono. Quadro da perneira com sistema retrátil tipo gaveta, para ser utilizado (retraída) quando houver trabalho de parto e (estendidas); Tratamento químico antiferrugem e acabamento com pintura eletrostática a pó; Duas guardas laterais em plástico polietileno; Dimensões aproximadas: L = 830 mm A= 340 mm. Acessórios que compõem a cama: Colchão Tripartido, densidade D33; Bandeja para placenta em aço inoxidável; Apoio de Coxa; Apoio de Pé; Apoio de Mão; Cabeceira e Peseira Removível, em plástico polietileno injetado de alto impacto; Rodas 3" polegadas (100mm) de diâmetro, freios individuais em diagonal. Movimentos: Dorso: 0~80° por Cremalheiras; Altura fixa: 700 mm; Leito Comprimento: 1400 ~ 2000 mm; Largura: 880 mm; Total Comprimento:	1	UN	R\$ 1.708,75	R\$ 1.708,75

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		2000 mm x L 880 mm; Carga máxima de trabalho: 180 kg				
28	93238	<p>MONITOR FETAL - CARDIOTOCÓGRAFO: especificações mínimas e aproximadas: características Monitor Fetal Cardiotocografo Tela 12" com Impressora Gemelar e Monitorização Materna; Bateria interna com duração média de 4 horas estando o Monitor em uso contínuo; projetado com materiais de alta tecnologia, interface de usuário com design moderno e de fácil interação e Tela Touch Screen de 12"; Memória interna para armazenamento de 720 minutos de monitoração de exames; Marcador de movimento fetal (FM), automático e manual; Alarmes ajustáveis de monitoração do TOCO e do FHR para Bradicardia e Taquicardia; Alça para transporte do Monitor fetal; Alimentação Full-range: 100V – 240V +/- 10% 50-60 Hz, Potência 70VA / 35W; Grau de proteção dos transdutores: IPX1 (À prova de pingos); Dimensão do equipamento: 235 mm (C) X 300 mm (L) X 80 mm (A); Bateria interna de Li-íon: 7.4V X 2.2 Ah (Certificação ROHS); Tempo para carga completa da bateria: 6 horas com o Monitor em funcionamento;</p>	2	UN	R\$ 14.011,75	R\$ 28.023,50

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		<p>Duração média da bateria: 4 horas com o equipamento em uso contínuo; Carregador de bateria: Interno; Impressora térmica interna de alta definição com três velocidades de impressão: 1, 2 e 3 centímetros/minuto; Podem ser impressos em média, 24 exames de 30 minutos cada; Alarme para a falta de papel na impressora; Papel de impressão: 152 mm; Tela Touch Screen: 12.1"; Tela do display ajustável; Frequência de trabalho do ultrassom: 1MHz +/- 1%; Frequência cardíaca fetal (FHR): 30 ~ 240 bpm +/- 1%; Transdutor com 12 cristais para dar maior sensibilidade de uso; Alarme ajustável (FHR): 90 ~ 190 bpm +/- 1% (Bradicardia/Taquicardia); Monitoração do TOCO: 0 ~ 100%; Alarme do TOCO: 0 ~ 100%; Marcador de movimento fetal (FM), automático e manual; Memória interna para armazenamento de 720 minutos de monitoração de exames; Impressão de exames armazenados na memória interna do Monitor; Ficha de cadastro no Monitor fetal para o paciente e hospital; Relógio e calendário internos; Geração de laudo nos métodos: Krebs e Fischer; FHR, TOCO, FM,</p>				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		AFM, NIBP, ECG, SPO2, RESP, PR, TEMP.				
29	93238	<p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO DE SINAIS VITAIS: Características mínimas e aproximadas: Monitor fisiológico multiparamétrico modular ou pré- configurado leve e compacto. Tela integrada de cristal líquido (LCD) com matriz ativa, colorida, com 12 polegadas, alta resolução e sensível ao toque. Ou através de botão rotativo. Pré-configurado ou acompanhado dos módulos para a monitoração de ECG, Respiração, SpO2, NIBP, temperatura, Pressão Invasiva (PI) e CO2. Deve monitorar no mínimo, 5 parâmetros simultâneos com visualização de 5 curvas simultâneas, análise e armazenamento de no mínimo 15 episódios de arritmias, OCRG (Oxicardiorespirograma) para monitoração neonatal, possibilidade de comunicação por telemetria e com outros monitores através de rede interna, deverá ainda possibilitar a futura inclusão do analisador de gases anestésicos e monitoração do índice de sedação do paciente. O gráfico de tendências deve conter informações das últimas 24</p>	3	UN	R\$ 10.492,25	R\$ 31.476,75

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		<p>horas, ou mais e o histórico de alarmes deve dispor de um armazenamento mínimo de 200 episódios. ECG Possibilidade de no mínimo 7 derivações de ECG, ajuste da velocidade do traçado e sensibilidade. Proteção contra descarga de energia de até 400J. Respiração (impedância). Leitura de frequência Respiratória de 0 a no mínimo 150 rpm com possibilidade de ajustes de sensibilidade do traçado. Oximetria de pulso Deve apresentar faixa de leitura de 1 a 100%, com acurácia mínima: (± 2) para SpO2 de 50 a 100% . Ajuste de sensibilidade manual e automático. Monitoração de Pressão Não Invasiva Deve possuir método de mensuração oscilométrico, com margem de mensuração de 0 a 300 mm Hg, sistema de análise de possíveis variações da pressão arterial, com posterior mensuração de PNI automaticamente, pressão máxima de insuflação do manguito: adulto 300 mmHg, neonatal 150 mmHg, deve permitir mensuração manual e automática com intervalos de 2, 5, 15, 30 min. e 1, 2, 4hrs, no mínimo. Capnografia para paciente intubado e não-intubado. Com margem de mensuração de: 0 a 99 mmHg</p>				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		através do método mainstream. Temperatura Margem de mensuração de 0 a 45oC, no mínimo. Acessórios que devem acompanhar o equipamento: Cabo de Força Kits para o funcionamento dos seguintes parâmetros: ECG, Resp., SpO2, PNI ad. /ped.; temperatura 2 canais e dispositivo para colocação à beira da cama de transporte. Portátil – com alça incorporada ao Monitor; Comunicação em rede; Bateria interna recarregável; Alimentação: 100 a 240V. automático. Contendo: 01 Cabo de paciente de 5 vias – ECG; 01 Sensor de Oximetria de Pulso – SpO2; 01 Sensor de Temperatura esofágico/retal; 01 Manguito de tamanho adulto; 01 Cabo de força; 01 Bateria interna recarregável; Manual e Certificado de Garantia; O Equipamento deverá apresentar Registro na Anvisa e estar de acordo com as Certificações: NBR. COM MANUTENÇÃO DE 12 MESES				
30	400356	NOBREAK 1500VA BIVOLT: Especificações mínimas e aproximadas: Bivolt: Entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~; Filtro de linha; Estabilizador interno com 4 estágios de regulação;	10	UN	R\$ 832,25	R\$ 8.322,50

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída; Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado; Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal; Interativo - regulação on-line. garantia mínima de 12 meses.				
31	441983	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM CURVA SENSOR APLICÁVEL PARA PACIENTES ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL (BATERIA RECARREGÁVEL + CABO NEONATAL: Especificações mínimas e aproximadas: Oxímetro Portátil C/ Curva Sensor Aplicável para pacientes adulto, pediátrico e Neonatal: Visor LCD colorido de alta resolução; Tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal; Possui 5 formatos de visualização; Indicação da SpO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda pletismográfica e tabela de tendências; Alarmes visuais e sonoros, com limites ajustáveis e programáveis; Memória interna dos eventos e conexão USB para computador; Software para computador, permite	3	UN	R\$ 2.190,56	R\$ 6.571,68

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		armazenar, visualizar e compartilhar eventos; Capa protetora com suporte para acomodar em superfícies planas; Alimentação bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado; Bateria de lítio 3000mAh; Carregamento: Direto na rede elétrica via cabo USB ou base de mesa (bivolt automático); Aplicável para pacientes adulto, pediátrico e neonatal; Sensor de SpO2 padrão; Sensor Neonatal. Kit contém: sensor SpO ² C/ curva, software para transferência de dados para computador, cabo de dados, cabo de força, base carregadora bivolt automática para superfícies planas, alça para transporte, manual do usuário e acompanha o carregador e a bateria recarregável; Capa de proteção em silicone; Upload de dados: Cabo USB ou Wireless (transferência sem fio). Registro na Anvisa.				
32	444473	PINÇA INSTRUMENTAL ANATÔMICA ADSON SEM DENTE Especificações mínimas e aproximadas: 12 CM; Pinça Adson sem dente, tamanho 12cm; fabricada em aço inoxidável; Instrumento Autoclavável; Registro Anvisa.	32	UN	R\$ 19,17	R\$ 613,44
33	471145	PORTA AGULHA INSTRUMENTAL MAYO	10	UN	R\$ 42,23	R\$ 422,30

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		HEGAR COM VÍDEA 16CM: Especificações mínimas e aproximadas: Porta agulha Mayo Hegar Tamanho: 16cm com videa. Instrumento Cirúrgico articulado não cortante; produzido em Aço Inoxidável; Utilizado para fixação da agulha durante a sutura; com ponta de videa, que aumenta em muito a vida útil e não permite qualquer movimento da agulha.				
34	605232	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO COM COMPRESSOR: Especificações mínimas e aproximadas: Purificador de Água com 3 temperaturas (fria, gelada e natural). Função: filtração de impurezas contidas na água, remoção de sabores e odores desagradáveis. Bandeja removível para auxiliar sua limpeza. Tensão compatível para rede elétrica de 110 V. Deve permitir a acomodação em balcão ou fixação na parede. Deve acompanhar manual de instruções e instalação. garantia mínima de 12 meses; Capacidade mínima do reservatório: 0,8 litros.	3	UN	R\$ 1.036,50	R\$ 3.109,50
35	346344	GELADEIRA FROST FREE PARA USO HOSPITALAR: Especificações mínimas e aproximadas: Geladeira tipo Frost Free, de uso hospitalar, destinada à conservação de	3	UN	R\$ 2.905,75	R\$ 8.717,25

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		alimentos, insumos e materiais diversos não termossensíveis, com controle eficiente de temperatura e operação contínua, ideal para ambientes hospitalares e unidades de saúde. Especificações mínimas exigidas: Capacidade total líquida mínima: 300 litros; Sistema de degelo: Frost Free (degelo automático, sem acúmulo de gelo); Tipo: Refrigerador vertical, com compartimento refrigerado e congelador (freezer) superior ou inferior; Tensão de alimentação: 127V ou 220V, monofásico, conforme necessidade da unidade contratante; Classificação de eficiência energética: Selo Procel categoria "A"; Controle de temperatura: Termostato ajustável, com regulagem externa ou interna de fácil acesso; Iluminação interna: LED, de baixo consumo e alta durabilidade; Prateleiras: Mínimo de 3 prateleiras ajustáveis em vidro temperado ou material de alta resistência, com capacidade para suportar peso de frascos, bandejas e outros materiais; Gavetas: Pelo menos 1 gaveta inferior para frutas/legumes ou organização de insumos; Porta: Com vedação magnética, abertura				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		reversível (se possível), e puxador ergonômico; Pés ou rodízios: Niveladores frontais para estabilidade e, preferencialmente, rodízios traseiros para facilitar movimentação; Sistema de refrigeração: Compressor hermético, silencioso, com gás refrigerante ecológico (livre de CFC); Material externo e interno: Superfície lisa e lavável, resistente a produtos de limpeza hospitalar, com acabamento anticorrosivo e de fácil higienização; Nível de ruído: Baixo, adequado ao ambiente hospitalar (preferencialmente inferior a 45 dB); Segurança elétrica: Atende às normas da ABNT NBR IEC aplicáveis, com plugue e cabo de alimentação conforme padrão brasileiro NBR 14136; Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no Brasil; Itens obrigatórios: Manual de instruções em português, termo de garantia, e nota fiscal original no momento da entrega.				
36	609533	RESPIRADOR/VENTILADOR PORTÁTIL: Especificações mínimas e aproximadas: Aprovações e certificados para o uso em ambulâncias, helicópteros e aviões - Ventilação de pacientes	1	UN	R\$ 32.700,00	R\$ 32.700,00

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		adultos, pediátricos e neonatais - Independência do ar comprimido - Até 9 horas de tempo de operação de bateria - Ventilação não invasiva e tratamento de oxigênio de alto fluxo integrado; Modos de ventilação avançados Tela sensível ao toque colorida de 7" que mostra a monitorização em tempo real de 4 formas de onda e três ciclos, e uma interface de fácil utilização com bloqueio de tela. O equipamento possui 17 modos de ventilação, contração de O2 ajustável de 40% a 100%, uma válvula interna PEEP e um alarme sonoro e visual para multiparâmetros. Com tecnologia IPX4 impermeável e resistente às intempéries, pode trabalhar em ambientes difíceis e é certificado para ambulância aérea Ecrã tátil colorido de 7" mostra a monitorização em tempo real de 4 formas de onda e três ciclos Interface de fácil utilização com bloqueio de ecrã 17 modos de ventilação. Contração de O2 ajustável de 40% a 100%. Opcional Mainstream EtCO2 com tecnologia Respirationics; Válvula interna PEEP. Alarme sonoro e visual para multiparâmetros; Longo tempo de trabalho da bateria. Peso 5,5kg. Volume corrente				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		(VC): 20ml. COM MANUTENÇÃO DE 12 MESES				
37	250331	SUPORTE DE SORO COM RODÍZIOS DE AÇO INOXIDÁVEL: Especificações mínimas e aproximadas: Suporte para Soro Desmontável e com Regulagem de Altura e Rodinhas, 4 GANCHOS Super Resistente e Durável. Apresenta muita facilidade na locomoção e segurança na utilização. CARACTERÍSTICAS: Suporte de soro com regulagem de altura a através de manípulo - Haste regulável com quatro ganchos em diferente posições e alturas; - Estrutura em Aço Carbono com pintura eletrostática branca que protege muito mais contra corrosão e ferrugem. - Produto desmontável em 3 partes	10	UN	R\$ 304,98	R\$ 3.049,80
38	376088	VÍDEO OTOSCÓPIO DIGITAL: Especificações mínimas e aproximadas: Otoscópio Digital Profissional Visor LCD: Tela colorida de 4,5 polegadas" TFT-LCD para visualização de imagens e vídeos; Resolução: Imagem - 1920 x 1080 (Full HD) e Vídeo - 1080 x 720, para análises precisas; Formato do arquivo: JPEG para imagens e MP4 para vídeos, compatíveis com sistemas comuns; câmera de	2	UN	R\$ 2.393,67	R\$ 4.787,34

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QT D	UNID .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
		<p>ouvido com luzes LED, Memória: Cartão Micro SD de 32GB incluso, expansível conforme necessário. Wi-Fi: Oferece conectividade rápida e estável para transferência de dados sem fio, ferramenta de remoção de cera de ouvido, óculos e bateria recarregável de 2600mAh, suporta foto Snap e gravação de vídeo, podendo ver a imagem ao vivo do ouvido interno diretamente no display. Câmera Ultra Slim de 3,9 mm: A sonda pode acessar o canal de orelha adulto e infantil facilmente, com o sensor de câmera e luzes LED ajustáveis, oferecendo uma visão cristalina da membrana timpânica. Snapshot e Gravação de Vídeo: podendo capturar imagens e vídeos ao vivo, salvar no cartão de memória de 32GB inserido e enviar para os médicos fazer a avaliação. Conteúdo do pacote: Monitor; sonda de câmera de 3,9 mm, suporte destacável, manual do usuário, bainha protegida 3x, 4x palhetas auriculares (2 para adultos, 2 para crianças), cabo de carregamento USB. Dimensão aproximadas do dispositivo: 60 x 40 x 175mm, compacto e portátil; Peso: Aproximadamente 140 gramas, ergonômico para uso</p>				

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		prolongado; Tipo de foco: Fixo, garantindo imagens nítidas e claras; Fonte de iluminação: Luz Branca LED de alta luminosidade; Interface: USB, Tipo C, para conectividade versátil.				
					TOTAL:	R\$ 488.350,4 2

11.12. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<p>A presente contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos hospitalares destinados ao aparelhamento, modernização e manutenção da capacidade operacional das unidades de saúde do Município de Boa Vista da Aparecida/PR, visando assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados à população no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.</p> <p>A demanda decorre da necessidade de substituição de equipamentos obsoletos, ampliação da capacidade de atendimento e adequação às exigências técnicas e sanitárias vigentes, considerando o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a evolução tecnológica dos dispositivos médico-hospitalares e a crescente demanda por serviços de saúde, especialmente na atenção básica e nos atendimentos de média complexidade.</p> <p>Ressalta-se que a indisponibilidade ou inadequação de equipamentos hospitalares compromete diretamente a segurança dos pacientes, a precisão diagnóstica e a efetividade dos tratamentos, podendo ocasionar atrasos, retrabalho, encaminhamentos desnecessários e até agravamento de quadros clínicos. Nesse sentido, a aquisição pretendida constitui medida indispensável para garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais de saúde e assegurar atendimento digno, resolutivo e humanizado aos usuários do sistema público.</p>

	<p>Do ponto de vista técnico, os equipamentos a serem adquiridos deverão atender às normas regulatórias expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como às certificações compulsórias aplicáveis, assegurando conformidade com padrões de qualidade, segurança elétrica, biossegurança e desempenho clínico. Tal exigência visa mitigar riscos operacionais, reduzir custos com manutenção corretiva e garantir a longevidade dos bens públicos.</p> <p>A contratação encontra respaldo no planejamento da Administração Pública, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, estando alinhada às diretrizes de eficiência, economicidade e interesse público, além de observar o dever de garantir a adequada prestação dos serviços essenciais de saúde. Ademais, a aquisição de equipamentos novos, de primeiro uso, assegura maior vida útil, cobertura por garantia do fabricante e suporte técnico especializado, fatores que contribuem para a redução de custos ao longo do ciclo de vida do objeto.</p> <p>Destaca-se ainda que a solução proposta se revela mais vantajosa sob o aspecto técnico e econômico, uma vez que a manutenção de equipamentos antigos ou tecnologicamente defasados apresenta custo elevado e baixa eficiência, não sendo suficiente para atender às necessidades atuais da rede municipal de saúde.</p> <p>Por fim, a presente contratação visa não apenas atender uma demanda imediata, mas também estruturar de forma sustentável os serviços de saúde do Município, promovendo melhorias contínuas na infraestrutura assistencial, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e supremacia do interesse público.</p>
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	
QUAL A MELHOR SOLUÇÃO?	Adota-se a solução como um todo, conforme disponibilizado no ETP – Estudo Técnico Preliminar, o qual se adota por questão de brevidade e desnecessidade de sua transcrição.
NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO	
NATUREZA	Material comum de natureza não continuada.
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. O contratado deverá prestar garantia pelos dos equipamentos de, no mínimo, 12 (doze) meses, após a sua conclusão. <input type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.

FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Concorrência Eletrônica. <input type="checkbox"/> Pregão Presencial. <input type="checkbox"/> Concorrência Presencial. Justificativa: A licitação deverá ser realizada através de Pregão Eletrônico, considerando que os bens são comuns.
TIPO DE CONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Tradicional. <input type="checkbox"/> Sistema de Registro de Preços (SRP)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.
HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA ME/EPP?	Indicar os itens: Os itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terão preferência de contratação para MEs e EPPs. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Registro/Notificação ANVISA: Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE da ANVISA, quando exigível para comercialização dos equipamentos ofertados, bem como comprovação de registro ou cadastro dos produtos junto à ANVISA, nos termos da legislação sanitária vigente. (Para os itens: DEA; ventilador pulmonar; monitor multiparamétrico; bomba de infusão; oxímetro; camas hospitalares; cardiocógrafa; videolaringoscópio; aspirador cirúrgico e BiPAP). Garantia e Assistência Técnica: Declaração de que possui assistência técnica autorizada no território nacional, própria ou credenciada, apta a prestar suporte técnico e garantia dos equipamentos fornecidos.
HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não

EXECUÇÃO DO OBJETO	
COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO OU O MATERIAL SERÁ ENTREGUE?	O prazo para entrega do objeto será de até 20 (vinte) dias, contados da emissão da ordem de compra/contrato, correndo por conta da contratada todas as despesas com entrega do equipamento.
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OU ENTREGA DOS PRODUTOS	<p>A entrega dos itens deverá ser realizada na Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida, nesta cidade de Boa Vista da Aparecida, CEP 85780-000.</p> <p>Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.</p>
OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	<p>A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste TR e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.</p> <p>Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, bem como do contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;</p> <p>Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;</p> <p>Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;</p> <p>Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;</p> <p>Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;</p> <p>Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;</p> <p>Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;</p>

	<p>Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução;</p> <p>Fazer a transição contratual, quando for o caso;</p> <p>Fornecer canal de atendimento através de Telefone, Chat, e-mail e chamados on-line;</p> <p>Levar, imediatamente, ao conhecimento da Gestão Contratual, fatos extraordinários ou anormais que ocorrer na execução do objeto contratado;</p> <p>É obrigação da CONTRATADA a prestação dos serviços solicitados com as especificações descritas neste TR, zelar pela qualidade dos serviços, e pelos prazos aqui determinados, devendo refazer os serviços no prazo de 3 (três) dias que não forem aprovados pelo fiscal ou gestor de contratos.</p> <p>Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).</p>
DO RECEBIMENTO DO OBJETO	<p>Os bens/serviços serão recebidos definitivamente conforme Decreto Municipal nº 10/2023. Outrossim, constatado vícios de quantidade ou qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada ou comunicação verbal, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p> <p>O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.</p> <p>Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.</p>
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	12 (doze) meses.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.

FORMA DE PAGAMENTO	<p>Meio Ordem bancária.</p> <p>Qual o prazo? Até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p>
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	<p>08.002.10.301.0007.1008 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICROONIBUS E VEÍCULOS; 199 – 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.</p>
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	
MEIOS USADOS NA PESQUISA	<p><input checked="" type="checkbox"/>Painel de <input type="checkbox"/>Contratações similares. preços.</p> <p><input type="checkbox"/>Internet. <input checked="" type="checkbox"/>Banco de Preços.</p> <p><input type="checkbox"/>Outro. Especificar:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/>Fornecedores.</p>
ESTIMATIVA DE PREÇO	<p>A pesquisa de preço foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei 14.133/2021 e artigo 5º e seguintes do Decreto Municipal nº 13/2023. Desta forma, os valores previamente estimados para contratação são compatíveis com os valores praticados pelo mercado, definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros:</p> <p>Consulta a fornecedores; Sistema de Banco de Preços, Painel de Preços e Contratações Similares.</p> <p>O preço estimado para cada item a ser adquirido pela administração municipal, foi obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, sendo desconsiderado, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados.</p> <p>A estimativa de preços segue conforme MAPA DE PREÇOS, documento juntado com o ETP.</p>
GESTÃO DO CONTRATO	
	<p>O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.</p> <p>A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados.</p>
GESTORES DO CONTRATO	<p>Karen Aline dos Passos</p>

FISCAL(IS) DO CONTRATO	Maria Aparecida Borges de Araújo
CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO	
RECEBIMENTO	<p>Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.</p> <p>Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada ou comunicação verbal, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p> <p>O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, mediante preenchimento e assinatura do relatório – parâmetros de fiscalização.</p> <p>O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.</p> <p>No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do <u>art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.</p> <p>O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.</p> <p>O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.</p>
PAGAMENTO	O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2023, cujos prazos serão limitados a:

	<p>a) 30 (trinta dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e</p> <p>b) 30 (trinta dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.</p> <p>O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.</p> <p>A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:</p> <p>a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;</p> <p>b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;</p> <p>c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;</p> <p>d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e</p> <p>e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT</p>
LOGISTICA REVERSA	
HAVERÁ NECESSIDADE DE INSERIR OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO A EXECUÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não, pois se trata apenas da entrega de equipamentos.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p>

Boa Vista da Aparecida, 06 de maio de 2026.

ROSELI KLAUSS
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 007/2025

ANEXO II – MINUTA DE CARTA PROPOSTA

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
E-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MINIMAS:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XX	XX	XXXXXXXX			R\$	R\$
VALOR TOTAL							R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no Edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA
APARECIDA, E

.....

O Município de Boa Vista da Aparecida, com sede na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, nº 1190, centro, na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.121.985/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo José Henrichs, portador do CPF nº 084.930.049-52, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 007/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIOS, PARA SEREM INSTALADOS E UTILIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 094/2022 COM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.0. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. **O valor total da contratação é de R\$ (.....).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

- 8.1. São obrigações do Contratante;
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [\(art. 92, XIV, XVI e XVII\)](#)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS **(art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas e a aplicar cumulativamente multa compensatória na forma deste contrato;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados,

total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 08.002.10.301.0007.1008 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICROONIBUS E VEÍCULOS; 199 – 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. A dotação relativa aos exercícios

financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento sítio eletrônico do Município de Boa Vista da Aparecida (<https://www.boavistadaaparecida.pr.gov.br/>), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-